

As origens intelectuais do fascismo e suas reinvenções: entre a “revolução conservadora” e o Tradicionalismo

The intellectual origins of fascism and its reinventions: between the “conservative revolution” and Traditionalism

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos^a 

Resumo Neste artigo, abordamos o fascismo a partir de suas fundamentações teóricas, tematizando as continuidades entre suas origens intelectuais e os desenvolvimentos mais recentes no pensamento e na prática política. Nosso ponto de partida foi a interpretação de Karl Polanyi sobre as origens intelectuais da “revolução conservadora”, movimento intelectual e político europeu do início do século XX. Em seguida, traçamos paralelos com o pensamento de Julius Evola, expoente do Tradicionalismo, corrente intelectual que desperta especial interesse no pensamento político da extrema direita ou da nova direita atuais. Demonstramos como os princípios intelectuais do fascismo permanecem sendo tendências latentes ou explícitas de desenvolvimento ao longo da história, servindo de fundamento para a restrição da democracia e para o manejo da política de massas em tempos de crise do capitalismo através do apoio a populismos de direita.

Palavras-chave Fascismo. Tradicionalismo. Populismo. Pensamento Político.

Abstract *In this article we approach fascism from its theoretical foundations, addressing the continuities between its intellectual origins and the more recent development in political thought and practice. Our starting point was Karl Polanyi’s interpretation of intellectual origins on the “conservative revolution,” a European intellectual and political movement of the early twentieth century. Next, we draw parallels with the thought of Julius Evola, exponent of Traditionalism, an intellectual current that arouses special interest in the political thought of the extreme right or the new right today. We demonstrate how the intellectual principles of fascism remain latent or explicit trends of development throughout history, serving as the foundation for the restriction of*

a Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção-CE. E-mail: fvasconcelos@unilab.edu.br.

democracy and the management of mass politics in times of crisis of capitalism through the support of right-wing populisms.

Keywords *Fascism. Traditionalism. Populism. Political thought.*

INTRODUÇÃO

No campo da história e das ciências sociais são múltiplos os estudos e as definições de fascismo. Uma perspectiva influente sobre o fenômeno, no Brasil, é a de Eric Hobsbawm (1995), que buscou, entre a pluralidade dos movimentos de direita que derrubaram os regimes liberais no início do século XX, marcar a diferença fundamental característica dos fascismos. Para o historiador, apesar das semelhanças na retórica do anticomunismo e da volta ao passado, o fascismo não seria um movimento conservador típico, mesmo que crítico da cultura moderna e defensor de um padrão moral patriarcal, pois o passado para o qual apelava era uma invenção. Mesmo a sua ideia de raça não correspondia a um retorno às raízes antigas, mas à criação de uma “super raça” humana pela reprodução seletiva e eliminação dos “incapazes”. Além disso, não havia grande espaço para a antiga monarquia e a Igreja, pois o seu princípio de liderança era outro, não tradicional, “corporificado no homem que se faz a si mesmo, legitimado pelo apoio das massas” (Hobsbawm, 1995, p. 121).

O fascismo seria, nesse sentido, uma combinação *sui generis* de “valores conservadores, técnicas de democracia de massa e a inovadora ideologia de barbárismo irracionalista” (Hobsbawm, 1995, p. 122); vinculado à recusa do Iluminismo e da Revolução Francesa, ao “triunfo da vontade” ou do “instinto” sobre a razão, mas apoiado na modernidade tecnológica em questões práticas e na pesquisa científica comprometida com premissas ideológicas. Em suma, para Hobsbawm, o fascismo seria uma direita radical não tradicional que visava engendrar uma forma de “Comunidade Popular” forjada no vínculo entre o líder e as massas, mobilizadas no sentido da construção de uma ordem hierárquica futura e expansionista fundada nas diferenças entre seres superiores e inferiores, fossem eles inimigos externos ou internos, inscritos inclusive nas próprias tendências da natureza do povo.

É possível, nesse sentido, chegar a uma definição sintética do fascismo, como no caso de Leandro Konder (2009), para quem:

O fascismo é uma espécie de direita, que não se confunde com os movimentos e partidos da direita tradicional, pois possui uma retórica “revolucionária”, embora seja socialmente conservador, serve-se de mitos irracionalistas — como exemplo, o mito da nação (baseado na ideia de uma unidade fictícia, que abstrai os

conflitos e as divisões sociais presentes nas sociedades) —, faz uso dos modernos meios de propaganda de massa, é chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário (Konder, 2009, p. 52).

As definições sobre o fascismo defendidas por seus partidários já anteciparam algumas destas balizas conceituais. Os escritos de Hitler e Mussolini, por exemplo, atestavam suas preferências essenciais pelos valores militaristas dentro e fora do Estado. Os seus projetos se enquadravam no interior de uma transformação social, política e “espiritual” antiliberal e antidemocrática, industrial e corporativista, sendo, no caso alemão, conduzida por uma (re)construção de uma “raça superior” e, no caso italiano, por um ideal autoritário de nação (Hobsbawm, 1995). Apesar de se entenderem como revolucionários, pautados pela mobilização popular, ambos viam em seus movimentos sentidos opostos aos do socialismo marxista e seu princípio da luta de classes, e destacavam valores conservadores e um ideal de ordem “espiritual”, o que alguns interpretam como “religião política”¹ (Polanyi, 1935; Paxton, 2007).

Os intelectuais marxistas contemporâneos do fascismo também desenvolveram sua leitura². William Reich (1933), inspirado em Freud, refletia sobre o fascismo como um sintoma da repressão sexual, o que explicaria por qual razão as massas se voltaram ao autoritarismo apesar de contrário aos seus interesses. Leon Trotsky (2019), por sua vez, frisava o caráter de defesa do capitalismo como sistema e a afirmação de desigualdades raciais e de classe, ao mesmo tempo em que “um movimento espontâneo de grandes massas, com novos líderes de base” (Trotsky, 2019, p. 55). O VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, por seu lado, caracterizava o fascismo como uma ditadura explícita e terrorista dos elementos mais reacionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro (Paxton, 2007; Service, 2018).

Entretanto, a atualização do conteúdo e das práticas fascistas ao longo da história e no momento presente, através de tendências populistas iliberais de direita, exige um olhar menos datado e mais flexível para como o processo de “fascistização” se desenvolve ou não ao longo do tempo. Nesse sentido, para o

-
- 1 Para Polanyi (1935), o fascismo realizaria sua essência de maneira mais completa na forma de uma religião política, a exemplo da Alemanha nazista. O autor não se detém em uma análise conceitual do termo religião política, mas o descreve como fenômeno manifesto em rituais públicos de massas e formas simbólicas que expressam um conteúdo aristocrático e anticristão. Sendo assim, a concepção de Polanyi aproxima-se da discussão sobre a influência do paganismo ou neopaganismo na política (Taguieff, 1993).
 - 2 Para uma leitura mais sistemática das diversas visões marxistas de intelectuais contemporâneos ou posteriores ao fascismo, cf. Renton, 1999.

historiador estadunidense Robert Paxton (2007), mais do que um conjunto único de ideias, o fascismo se inspira em diferentes matrizes filosóficas caracterizadas pela flexibilidade tática a partir da dimensão emocional coletiva e da estratégia política de suas lideranças. Segundo esta perspectiva, o fascismo, então, seria constantemente retomado ao longo da história, razão pela qual ele não estaria preso a uma forma canônica existente apenas no passado, mas seria passível de atualização e de diferentes graus de consolidação³. O fascismo, nessa lógica, seria uma dimensão da política de massas contemporânea, com diferentes possibilidades de consolidação, correspondendo mais a uma prática política que incidiria sobre um conjunto de “paixões mobilizadoras”⁴, o que o tornaria ainda visível nos dias atuais em manifestações de baixa, média ou alta intensidade.

Sendo assim, seria possível considerar, atualmente, a emergência de uma nova “onda” do fascismo (Patschiki, 2012; Prado, 2021)⁵, pautado por uma maior flexibilidade em relação aos símbolos e às propostas originais e cuja performance está mais presente na tática de comunicação e prática política, baseando-se na atualização contextual de revisionismos, negacionismos e conspirações para fundamentar governos populistas iliberais, seja em aliança com o programa econômico neoliberal, seja com um programa estatizante. O fascismo seria, então, uma potencialidade sempre presente na era da política de massas e na gestão do capitalismo em tempos de crise. Lukács (2009) já havia antecipado esta perspectiva ao problematizar o fato de que, após o fim das guerras mundiais, a destruição política, organizativa e ideológica do fascismo seria mais difícil do que se imaginara:

3 Paxton buscou superar a distinção entre movimentos e regimes fascistas, caracterizando as diferentes peculiaridades nacionais e graus de consolidação como um ciclo de cinco estágios, que pode ou não ser alcançado: 1. A criação dos movimentos; 2. O seu enraizamento no sistema político; 3. A tomada do poder; 4. O exercício do poder; e 5. A sua radicalização ou entropia.

4 Paxton (2007, p. 160) enumera nove “paixões mobilizadoras”: 1. senso de crise catastrófica; 2. primazia do grupo sobre o indivíduo; 3. crença de que o grupo é vítima, justificando ações sem limites jurídicos e morais; 4. pavor à influência do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e de influências estrangeiras; 5. necessidade de purificação da comunidade, por consentimento e por violência, se necessário; 6. necessidade de autoridade de chefes capazes de encarnar o destino histórico; 7. a superioridade dos instintos do líder sobre a razão; 8. a beleza da violência e a eficácia da vontade em prol do grupo; 9. o direito do povo eleito a dominar os demais.

5 Patschiki (2012) defende a divisão do fascismo em três momentos: os fascismos de primeira onda, característicos das experiências originais italiana e alemã do início do século XX; os fascismos de segunda onda, surgidos na segunda metade do século XX como movimentos que buscam, de maneira por vezes nostálgica, ser fiéis à estética e às propostas originais do fascismo; e os fascismos de terceira, com maior flexibilidade em relação aos símbolos e propostas originais e cuja performance está mais presente na tática de comunicação e prática política, baseando-se na atualização contextual de revisionismos, negacionismos e conspirações para fundamentar governos populistas de extrema direita, seja em aliança com o programa econômico neoliberal, seja com um programa estatizante. Para outras possibilidades de interpretação das diferentes “ondas” do fascismo. Cf. Prado, 2021.

[...] alguns homens de Estado, que se proclamam enfaticamente democratas, consideram os fascistas uma espécie de reserva sua e, por isso, abrigam-nos e até os apoiam [...] o fascismo não é, de modo nenhum, uma manifestação mórbida e historicamente isolada, nem uma repentina irrupção da barbárie na civilização europeia. O fascismo, como concepção de mundo, é, antes de mais nada, o apogeu qualitativo de teorias irracionais no domínio da epistemologia e aristocráticas no plano social e moral [...] é fácil para os fascistas um recuo: podem sacrificar Hitler e Rosenberg e entrincheirar-se na filosofia de Spengler ou de Nietzsche, enquanto preparam um novo avanço sob condições mais favoráveis (Lukács, 2009, p.25).

O decurso da história, do fim da 2ª guerra mundial em diante, demonstra o acerto da perspectiva de Lukács a respeito do fascismo como reserva intelectual e moral do pensamento liberal aristocrático que instrumentalizava a democracia de acordo com as finalidades de avanço da acumulação capitalista. No século XXI, a ressurgência do fascismo conduz novamente o irracionalismo à cena pública, de forma organizada, como pseudociência e manipulação de massas, em meio aos eixos já antecipados por Lukács como vetores do seu desenvolvimento: crise da democracia, crise da ideia de progresso, crise da confiança na razão e crise do humanismo.

O fascismo possuiria, então, uma universalidade que ultrapassaria suas manifestações particulares, podendo se atualizar ao longo do tempo, como já antevia, de certa forma, Hobsbawm (1995)⁶, o que corrobora as visões mais recentes sobre o “neofascismo” ou o “pós-fascismo” (Traverso, 2016), de “fascismo eterno” (Eco, 2018), projeto sempre reatualizado. O apoio a governos populistas iliberais (Mounk, 2019), com senso de identidade transnacional (Da Empoli, 2019), teria o potencial de fazer ressurgir, de maneira reinventada, processos de fascistização como forma emergencial de conservação da ordem capitalista das grandes fortunas em um Ocidente dividido e ameaçado.

Nesse sentido, a partir do *insight* de Lukács (2009), abordaremos o fascismo a partir de suas origens intelectuais, como forma de dar visibilidade a uma perspectiva pouco elaborada na literatura sociológica e histórica, mais atenta ao fascismo

6 “O fascismo era triunfantemente antiliberal. Também forneceu a prova de que o homem pode, sem dificuldade, combinar crenças malucas sobre o mundo com um confiante domínio de alta tecnologia contemporânea. O fim do século XX, com suas seitas fundamentalistas brandindo as armas da televisão e da coleta de fundos programada em computador, nos familiarizou mais com esse fenômeno” (Hobsbawm, 1995, p. 122).

como prática política enraizada em correlações de classe. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva complementar, posto que o fascismo é marcado justamente pela falta de um sistema filosófico bem definido (Paxton, 2007), mas que nos auxilia a observar os processos políticos recentes sob o ângulo da disseminação de ideias que pouco mereceram crédito nos círculos universitários, porém retornaram com força, reinventados, a partir da militância intelectual de extrema direita.

Nosso ponto de partida foi a contribuição de Karl Polanyi em *A Essência do Fascismo – Cristianismo e a Revolução Social* (1935), um dos primeiros esforços substantivos para traçar uma definição conceitual do fascismo com base em suas fontes intelectuais. É a partir dele que o presente artigo aborda o fascismo, relacionando o seu argumento com a recuperação do pensamento Tradicionalista desde a segunda metade do século XX, com destaque para a obra de Julius Evola (Teitelbaum, 2021; Sedgwick, 2020). Por fim, demonstramos como os princípios intelectuais de defesa do fascismo permanecem como tendências latentes, servindo de fundamento para a restrição da democracia e o manejo da política de massas em tempos de crise do capitalismo.

A “ESSÊNCIA DO FASCISMO” EM KARL POLANYI

Em “A Essência do Fascismo” (1935), um livro pouco conhecido do público brasileiro, Karl Polanyi defende que o nazismo, em especial, teria levado adiante de forma mais acabada a transformação da filosofia fascista em uma religião política pagã e anticristã, embora não necessariamente anticatólica. A oposição do fascismo ao comunismo e ao marxismo seria também um combate ao liberalismo e ao individualismo, entendidos como continuidade de uma raiz religiosa e moral proveniente do universalismo igualitário cristão.

Para demonstrar essa tese, o autor busca analisar a filosofia e a sociologia do fascismo em intelectuais da chamada “revolução conservadora” na Europa, principalmente na Alemanha, na virada dos séculos XIX e XX (Merlio, 2003)⁷. Para alguns, essa linhagem de pensamento teria iniciado como reação à Revolução Francesa e teve como sua maior expressão política o fascismo (Augusto, 2017). Para outros, ela daria continuidade a uma corrente anti-iluminista (Sternhell,

7 A expressão é aceita por uma grande parte dos atores envolvidos, inspirada em Dostoievski que, em 1876, conclamou seus compatriotas a serem, na Europa, “revolucionários pelo conservadorismo” (Merlio, 2003). Outros autores preferem considerá-los, antes de tudo, nacional-revolucionários (Breuer, 1993). De nossa parte, consideramos mais adequada a ideia de contrarrevolução conservadora (Augusto, 2017) ou reacionarismo revolucionário, tendo em vista que o sentido teórico e político não é o de simples conservação, mas de uma restauração-atualização de um legado através de uma revolução.

2009)⁸ que se radicalizou a partir do final do século XIX e se converteu em uma “nova psicologia” pautada pela mútua influência literária e artística antimoderna e antiocidental, principalmente no contexto cultural e político na Alemanha. O pessimismo ou niilismo aristocrático, partilhado por escritores e filósofos como Fiódor Dostoievski, Friedrich Nietzsche, Thomas Mann e Oswald Spengler⁹, era uma referência importante no cultivo a uma individualidade cultural na Alemanha desde o fim do século XIX, influenciando posteriormente, após a 1ª guerra mundial, os jovens intelectuais nacionalistas, muitos ex-soldados ressentidos contra a República de Weimar e o Tratado de Versalhes, que colaboraram para a emergência do fascismo e do nazismo¹⁰.

Em suma, o “conservadorismo revolucionário” não seria um partido político, mas uma nebulosa ideológica que começou a se organizar com força ao final de 1918, enriquecendo-se de novas tendências na medida em que o sistema político alemão fracassava em relação ao nacionalismo e ao “germanismo integral” (*völkisch*) liderados por uma “burguesia da cultura” ligada ao idealismo romântico de jovens ex-combatentes (Dupeux, 1994). A sua denominação, na verdade, é expressão que delimita certo conjunto de tendências cuja marca é, justamente, a conjunção de termos (aparentemente) opostos: uma revolução para a restauração de “valores essenciais da nação”, sem o simples retorno à formas passadas; a aceitação da modernidade técnica (tecnologia e planejamento estatal), mas a negação da modernidade cultural dos valores do Iluminismo e da Revolução Francesa; a confiança em uma elite cultural e política não selecionada pelo povo, ao mesmo tempo em que incentivo à mobilização constante das massas populares; otimistas em sua capacidade de moldar o futuro, consideram-se portadores do “espírito do povo e da nação” e da “força do destino”, pois dominam a técnica na era das massas (organização, mobilização e propaganda) (Dupeux, 1994; Merlio, 2003).

8 Que remonta a filósofos como Johann Herder e Edmund Burke, entre outros (Sternhell, 2009).

9 A sua obra “A decadência do Ocidente” ([1918]1986) foi uma referência fundamental nos debates historiográficos, filosóficos e políticos na Alemanha, além da obra “Prussianismo e Socialismo” (1924), defensora de um socialismo autoritário e nacionalista. Foi inspiração para o nazismo, mas posteriormente condenado pelos intelectuais do regime por conta do seu pessimismo e da recusa em assumir o tipo de racismo defendido pelos nazistas.

10 Nas últimas décadas do século XX, contudo, foram feitas tentativas para olhar para a “revolução conservadora” em seus aspectos culturais e filosóficos, sem direcionar acusações diretas de cumplicidade indireta com o nazismo (Klemperer, 1951). Apesar dos pontos de contato, à “revolução conservadora” seria estranha a visão racial-biológica nazista do mundo e da sociedade, bem como o antissemitismo. A coesão do conjunto de ideias se dava especialmente pelo discurso anti-Weimar e anti-Versalhes, além da oposição feroz ao liberalismo, ao capitalismo, ao Ocidente, à democracia, ao republicanismo, entre outras características da era do Iluminismo e da Modernidade. Para eles, a 1ª guerra mundial seria a demonstração de que as “ideias de 1789” (materialismo, individualismo e cosmopolitismo) chegaram ao fim, e o futuro pertenceria aos valores conservadores e tradicionais (Klemperer, 1951; Alekseevich, 2020).

É do ponto de vista das semelhanças entre a “revolução conservadora” e os princípios mobilizados pelo fascismo, que Polanyi pretendeu localizar em três intelectuais, Othmar Spann, Ludwig Klages e Alfred Rosenberg, as proposições mais reveladoras dos princípios teóricos e políticos fundamentais do fascismo como projeto: o anti-individualismo, o vitalismo, o totalitarismo¹¹, o racialismo e o misticismo.

O austríaco Othmar Spann (1878-1950) — filósofo, sociólogo e economista conservador, antiliberal e antissocialista — foi responsável por uma teoria do Estado corporativista meia década antes do fascismo italiano. Na base da proposta deste “profeta da contrarrevolução” está a necessidade de uma decisão crucial entre dois sistemas mundiais: o *individualismo* e o *universalismo* ou *totalitarismo*. Em sua visão, o *individualismo* é o responsável pela decadência europeia, em que a democracia como “igualdade dos indivíduos como indivíduos” é oposta à afirmação do fascismo sobre a desigualdade natural entre os seres humanos, tornando-se uma força propulsora de maior radicalidade individualista e igualitária. Assim, para o fascista, o socialismo, a democracia e o liberalismo são herdeiros do Individualismo (Polanyi, 1935).

Spann compartilharia do mesmo entendimento de lideranças intelectuais e políticas do fascismo, como Mussolini, Rosenberg e Hitler, para quem a democracia ocidental, com seu apelo à personalidade humana e ao individualismo, é a precursora do socialismo marxista. A unanimidade dos pensadores fascistas sobre essa questão é impressionante, uma vez que para gerações seguintes, o socialismo, especialmente o bolchevismo, passou a representar a oposição à ideia de personalidade humana. Entretanto, aponta Polanyi (1935), apesar do planejamento econômico e de certa inspiração hegeliana¹², o socialismo marxista teria como

11 A noção de totalitarismo será posteriormente apropriada no século XX por diferentes perspectivas interessadas na discussão sobre os fenômenos do nazismo, do fascismo e do comunismo. A mais conhecida versão do totalitarismo como conceito é desenvolvida por Hannah Arendt (2013). Nela, a teórica política produz uma relevante narrativa da construção de regimes totalitários como um fenômeno inédito na história, derivado da articulação, em contexto específico, de práticas, discursos e agentes do imperialismo/colonialismo e do antisemitismo. Apesar de suas diferenças ideológicas, o nazismo e o comunismo soviético seriam totalitários: buscariam o controle total da vida da sociedade (sexualidade, lazer, religião e trabalho), inserindo os indivíduos em uma engrenagem mobilizadora que se dirige a fins que não podem ser explicados simplesmente por fins racionais ou econômicos, mas pela submissão da humanidade à supostas leis da natureza (caso do nazismo) ou às leis da história (caso do comunismo soviético), a exigir o sacrifício diante das necessidades do regime em sua constante expansão. Para críticas ao conceito, cf. Losurdo (2003, 2017); Fausto (2017a, 2017b) e Poggi (2015).

12 Obviamente que Marx inverte a lógica idealista da dialética hegeliana e propõe uma interpretação materialista da história. Mas, para críticos de Marx, assim como parece pensar Polanyi, o marxismo teria preservado certo “resíduo” hegeliano e mesmo judaico em sua promessa de revolução presente em sua filosofia da história (Service, 2018).

objetivo último uma sociedade livre do Estado, organizada a partir de indivíduos livremente associados. Nesse sentido, o socialismo, pré-formado na democracia, seria a realização do mesmo princípio do *individualismo*, sob uma forma diferente.

O *individualismo* contra o qual Spann lutava, contudo, era de um tipo específico: aquele que assume o pressuposto de que os seres humanos são entidades independentes espirituais “por conta própria”, ou seja, sem um princípio superior e coletivo que os organize e determine. Em outras palavras, Spann quer refutar o “individualismo dos iguais”, seja na sua forma ateísta — “se não há Deus, eu sou Deus, sou responsável pelas minhas atitudes boas e más” —, seja na sua forma cristã original — “cada personalidade tem um valor infinito, porque ela é Deus”. A este respeito, Polanyi (1935) afirma que “A ideia Cristã de sociedade é que ela é uma relação entre pessoas (...). A proposição central do Fascismo é que a sociedade não é uma relação entre pessoas. Esse é o real significado do seu anti-individualismo” (p. 370). Sendo assim, para Spann, o socialismo revolucionário seria uma interpretação possível de valores já aceitos na Europa Ocidental e o fascismo, a sua negação.

Mas como uma sociedade pode ser concebida como não sendo uma relação entre pessoas? Como a cooperação e as trocas econômicas e o poder político e seu controle podem ser fundamentados em bases que não o indivíduo? Spann oferece parte da resposta: a opção pelo *universalismo* ou *totalitarismo* repousaria na reivindicação de diferenças hierárquicas e no pressuposto da supremacia do Coletivo sobre o Indivíduo na forma de um Estado corporativo, acompanhada de uma justificação metafísica do capitalismo, visto não somente como certo, mas eterno. Em complemento, Polanyi associa esta tese às ideias do filósofo, psicólogo e escritor alemão Ludwig Klages (1872-1956) que acrescentou o *vitalismo* como princípio político. Para Polanyi (1935), é através da aproximação entre *totalitarismo* e o *vitalismo* que se perceberia o que há de singular no fascismo, bem como suas contradições.

Isoladas, as filosofias sociais do *totalitarismo* e do *vitalismo* derivariam de diferentes origens intelectuais e representariam distintos modos de existência¹³:

13 Para Spann, em termos intelectuais, o Totalitarismo remonta à ideia da Razão e do Estado em Hegel, como princípios da elevação da história humana a um plano universal-divino. Já o Vitalismo, estaria respaldado em Nietzsche e em sua ênfase na potência humana fundada na vontade e no instinto como qualidades de uma aristocracia de espírito contra a massificação da sociedade moderna. Entretanto, nem o pensamento de Hegel nem o de Nietzsche são adotados em sua plenitude. Ambos serviram como referências, base para reinterpretções e elaborações, com adaptações e distorções sui generis que buscaram conjugar esses dois princípios como sistemas de pensamento e modos de existência. Klages e Spann seriam, portanto, caricaturas de Nietzsche e Hegel, sem o anarco-individualismo do primeiro e sem a recusa das dinâmicas revolucionárias do segundo.

no *totalitarismo*, a personalidade humana é uma sombra de entidades mais vastas, etéreas e intangíveis que formam a sociedade (a Política, a Economia, a Cultura, o Artístico, o Religioso), ou seja, se os indivíduos cooperam, eles não o fazem entre si mesmos, mas como mediação/produto/resultado em prol da totalidade. No *totalitarismo*, valores e ideias são dispostos em uma hierarquia organizada segundo uma lógica para a existência do Espírito ou da Mente. O *vitalismo*, por sua vez, é a afirmação da vida imediata, do plano da vida animal, sem Ego, sem nenhum movimento para a *self-realization*, cujo núcleo corresponde à junção entre Corpo e Alma num estado de espírito em que a consciência não atinge o nível das faculdades intelectivas e racionais. O *vitalismo* é biocêntrico, sobrevivencialista, amoral, pragmático, mitológico, orgiástico, estético, instintivo, irracional e belicoso; sendo o seu modo de existência tribal e seu clímax o êxtase da ação conjunta e do ritual público.

Duas consequências derivariam da aproximação entre *totalitarismo* e *vitalismo*: 1) a *inimizade* como princípio da política e o Estado como *função da guerra*: as sociedades deveriam estar baseadas numa moral instintiva e num modelo de tribalismo ancorado no medo, em oposição à moralidade aberta do cristianismo¹⁴; 2) a busca por um retorno a um estado harmônico anterior na história, cujo ponto inicial de regressão é interpretado de diferentes maneiras: para os alemães nacionalistas, antes de 1918; para os reacionários românticos, antes de 1789; para Spann e os cristãos alemães, uma contra-Renascença; para Klages, o retorno é ainda mais radical, sendo necessário ir muito além da destruição do cristianismo, princípio da consciência ética universalista, igualitária e individualista.

Estas duas teorias sintetizam direções potenciais que subjaziam à “revolução conservadora”. Sua formulação mais radical é proveniente de Alfred Rosenberg (1893-1946), intelectual racalista que influenciou diretamente o nazismo. Rosenberg apoia a lógica do *vitalismo* presentes nas “comunidades de um só sexo”¹⁵ como forma de agregação social no contexto de uma sociedade em crise e militarizada: o sangue e o solo tornam-se a metafísica alimentadora de uma “raça superior” a reerguer e reconstruir. Em torno da mitologia da raça nórdica, “naturalmente vitalista”, haveria um potencial civilizatório a ser restaurado. Este conceito mítico de raça — não estritamente biológico, mas “espiritual” — agiria como um denominador comum para o tribalismo e a nação moderna.

14 Argumento de Carl Schmitt, embora o autor afirme expressamente que não há como incluí-lo, por inteiro, no Vitalismo.

15 Sejam os clubes de jovens homens, sejam as sororidades matriarcais em que “o desejo de sexo corre como um fio fino através do fluxo rico do emocionalismo homoerótico” (Polanyi, 1935, p. 37)

Assim, de acordo com Polanyi, o racionalismo e o misticismo de Rosenberg concedem ao “capitalismo corporativista” dois complementos que ele não conseguiria sozinho: a racionalidade tecnológica e o nacionalismo. Para ele, a filosofia Nacional-Socialista é o *vitalismo* usando a raça como um substituto para a nação, em que se combinam a extrema racionalidade nas relações com a natureza e a completa falta de racionalidade nas relações humanas, resguardados através de um Estado deificado, em luta contra tendências desagregadoras assentadas nos princípios racionalistas e materialistas que, por um lado, remontariam ao individualismo cristão e, por outro, se desdobrariam no liberalismo, no internacionalismo, na democracia e no socialismo.

Dessa maneira, o capitalismo corporativo, que afirma a desigualdade social e a desigualdade entre os países, é tanto autoritário quanto nacionalista, e se proporia a prevenir o desenvolvimento da democracia e do socialismo. Em outros termos, diante das tensões entre democracia e capitalismo, haveria duas soluções possíveis: estender a democracia da política à economia (socialismo) ou abolir a democracia da esfera política. Nesse sentido, uma vez que, para o fascismo, o capitalismo é eterno, trata-se de destruir a democracia — mais do que em sua forma, em sua substância — e estruturar uma sociedade que elimine a possibilidade de reversão ao socialismo.

O TRADICIONALISMO: “BASE ESPIRITUAL” DOS “FASCISMOS ETERNOS”?

Entendemos que, ao menos, duas outras referências podem ser adicionadas a esta genealogia intelectual do fascismo feita por Polanyi, no sentido de perceber como a atualização destas ideias atravessou o século XX, chegando até o século XXI, através de uma dita Escola Tradicionalista¹⁶, representada principalmente por René Guénon (1886-1951) e Julius Evola (1898-1974). Eles servem, sobretudo, para destacar o sentido mítico do racionalismo no movimento ideológico fascista, bem como sua concepção elitista e cíclica da história. Benjamin Teitelbaum (2020) foi responsável por tornar essa “escola de pensamento” acessível ao grande público a partir do contato que teve com alguns de seus representantes:

16 Utilizamos Tradicionalismo em maiúscula apenas para diferenciar do uso comum da ideia de tradicionalismo, como culto aos costumes e tradições determinadas ou a recusa à mudança cultural. Tradicionalismo, nesse sentido, é uma escola de pensamento filosófico, político e religioso que defende, muitas vezes, práticas e crenças inovadoras e radicais, mesmo que reivindique ideais do passado.

Os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é — comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do Oriente em geral (Teitelbaum, 2020, p.20).

Em sua origem, o Tradicionalismo é um movimento desde a Europa Renascentista que se fundamenta no Perennialismo, filosofia religiosa que busca por uma sabedoria ou religião original no Oriente (entendido como Grécia clássica, Israel e Egito bíblicos) representada especialmente por Hermes Trismegisto, cujo pensamento acredita-se ter inspirado boa parte da filosofia grega e do cristianismo (Sedgwick, 2020)¹⁷. Associado à alquimia, à astrologia e à magia, o Tradicionalismo foi responsável por produzir um sincretismo entre o hermetismo, o neoplatonismo e a cabala; sendo que, à medida que sua expansão avançava, a centralidade de Hermes passou a ser substituída pelo Hinduísmo, sobretudo a partir do século XVIII, vindo o Tradicionalismo a se difundir por meio de Ordens de Cavaleiros, da Sociedade Teosófica e da Maçonaria como forma de sabedoria iniciática¹⁸, ao mesmo tempo em que se aproximando também do Taoísmo ou do Islamismo.

A consolidação dos contornos de expressão do Tradicionalismo, no entanto, só teria ocorrido no início do século XX em torno do objetivo de retomar supostas crenças e práticas transmitidas de geração em geração, desde tempos imemoriais, em organizações espiritualistas, religiosas e iniciáticas que teriam se perdido no Ocidente nos últimos quinhentos anos (Sedgwick, 2020). A civilização ocidental moderna teria aparecido na história como uma anomalia, pois seria a única a ter se desenvolvido em uma direção puramente material, cujo início coincidiria com o que é comumente chamado de Renascimento. Tal gênese teria sido acompanhada por uma regressão intelectual e espiritual, a partir da qual adviria o seu desdém

17 Um bom exemplo de obra perennialista foi produzida por Aldous Huxley (1973).

18 Ou, inversamente, os fundadores do Tradicionalismo buscaram nestas organizações formas correspondentes às suas crenças e expectativas, de forma que sempre atuaram no sentido de reformar estas associações ou denunciá-las quando não seguem um suposto verdadeiro Tradicionalismo.

pelas civilizações orientais e também pela Idade Média europeia. Nesse sentido, o Ocidente estaria em perigo porque teria deixado de se basear em algo mais substancial do que a superioridade industrial: na ausência de “fundações espirituais”, a civilização ocidental correria o risco de colapso e extinção através da assimilação por civilizações mais sólidas.

René Guénon, francês convertido em muçulmano, elaborou as bases de uma “filosofia perene” espiritualista, baseada na crença em uma religião original perdida (a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene), cujos fragmentos se encontram espalhados entre valores e conceitos de diferentes religiões, principalmente as religiões indo-europeias (hinduísmo e zoroastrismo) e religiões europeias pagãs pré-cristãs. Para ele, bem como para os Tradicionalistas em geral, a história humana percorreria um ciclo de quatro idades: da idade de ouro à de prata, à de bronze e à idade sombria, até retornar à idade de ouro e retomar o ciclo (Sedgwick, 2020; Teitelbaum, 2020).

Cada idade corresponderia ao domínio de diferentes castas de pessoas: sacerdotes, guerreiros, comerciantes e escravos. A passagem de uma idade para a outra, concebida em termos de decadência, ocorreria pela mudança nos valores defendidos, dos mais imateriais (espiritualidade e honra) até os mais materiais (dinheiro e gratificação corporal). A inspiração é o sistema de castas hinduísta e uma noção de tempo fatalista e pessimista, que associa a origem, o desenvolvimento e a decadência de civilizações com a perda de espiritualidade e, por esta razão, a necessidade de conexão com valores da Tradição, ao alcance de um grupo seletivo de intelectuais iniciados, capazes de compreender o ciclo histórico e preparar o mundo à passagem para o momento seguinte.

Julius Evola, por sua vez, teria conduzido o Tradicionalismo menos para os valores religiosos orientais e mais para a atuação política, tornando-se a referência mais importante desta vertente na atualidade. Seu ponto de partida é o diagnóstico da decadência socialista da Europa que remontaria à reforma religiosa da cristandade ocidental, responsável por suplantar o sistema de hierarquias, vigente até então, em favor do princípio luterano do “sacerdócio dos Crentes”, fazendo de cada um seu próprio juiz. Sua proposta, fundada na substituição da História pelo Mito, era a da revitalização de “europeus nativos”, concebidos como arianos, vistos como “seres etéreos e fantasmagóricos” de uma sociedade patriarcal originária situada no Ártico, cujas virtudes decaíram conforme migravam para o Sul e “se tornavam encarnados”. Esta visão histórico-mítica será posteriormente traduzida na forma de uma narrativa sobre as grandes migrações de um suposto grupo étnico-linguístico que estaria na origem de culturas e civilizações na Grécia antiga,

no Oriente Médio e na Ásia. Um destaque especial é concebido para a construção do Hinduísmo e da sociedade indiana com base no papel dos brâmanes. Dito de outra maneira, o sistema de castas indiano tornou-se uma das principais referências para a reorganização da Europa em bases sacro-militares. (Sedgwick, 2020; Teitelbaum, 2020).

O seu horizonte inicial, portanto, se concentrava na sociedade europeia, em um programa paradoxalmente reacionário e futurista para a formação de um “Império Pagão” europeu: uma releitura da teocracia e dos modelos aristocrático-feudal-guerreiro de organização política, contra, ao mesmo tempo, a homogeneidade e o universalismo promovidos pelo cristianismo e pelo secularismo. A modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo e ao hedonismo sexual. Trata-se, para ele, de uma inversão da correta ordem das coisas, que deveria afirmar o Espírito acima da Matéria; o Norte acima do Sul; o Branco acima do Negro; a Masculinidade acima da Feminilidade.

As interpretações de Guénon e, principalmente, de Evola influenciaram a cultura e a política à época do fascismo e do nazismo, mas, ao mesmo tempo, as suas visões de mundo ultrapassavam a realidade concreta dos regimes históricos existentes. Não à toa, os intelectuais ligados ao Tradicionalismo procuram, em geral, manter certa distância de cargos oficiais em governos como forma de liberdade de ação e reserva moral de condução profética para a construção do projeto de mundo que defendem (Sedgwick, 2020; Teitelbaum, 2020). Evola, por exemplo, contesta as acusações que recebe sobre sua ligação ao regime fascista e nazista (Evola, 2007, 2010). Ele se defende afirmando que, apesar dos diálogos mantidos com os meios culturais e políticos na Itália e na Alemanha¹⁹, jamais foi filiado politicamente ao fascismo ou ao nazismo, nem ocupou cargos de governo, sendo visto, muitas vezes, como uma *persona non grata*, especialmente pelos intelectuais do fascismo por suas críticas a respeito da ligação do fascismo com o catolicismo.

Mas, ao mesmo tempo, no debate sobre a questão racial, Evola tornou-se bastante próximo de Mussolini, de quem era admirador, colaborando para uma “doutrina” racial própria do fascismo italiano em comparação com a concepção

¹⁹ Na Itália ele participou da cena artística dadaísta e organizou grupos de discussão e revistas sobre política e cultura. Em 1934, um ano após a ascensão de Hitler, Evola se dirige à Alemanha. Nos círculos próximos ao partido nazista e à aristocracia alemã, Evola terá algum sucesso junto à SS (*Schutzstaffel*), grupamento de elite nazista, propondo a criação de uma ordem secreta que trabalhe para um “Império Romano-Teutônico”. A sua perspectiva, entretanto, foi vista como utópica e ele foi desestimulado a participar dos círculos ligados ao Nazismo (Sedgwick, 2020).

nazista (Evola, 2010, 1941)²⁰. A própria resposta de Evola, ao ser indagado a respeito de suas relações com o fascismo, representa um caráter ambíguo: mesmo se colocando contra os fascismos historicamente existentes, ele se define como “super” ou “suprafascista”, ou seja, ao mesmo tempo no fascismo e para além do fascismo (Evola, 2007, 2010; Wolf, 2016). Como escreverá em “O fascismo visto pela direita” (2020), esses regimes teriam cumprido parcialmente a concretização dos valores defendidos por ele, mas aliaram-se a “valores terrenos” e se corromperam: suas críticas se dirigem, sobretudo, às alianças de classe, à forma totalitária de corporativismo e ao uso sistemático da violência.

Mesmo sendo inocentado juridicamente²¹, não são poucos aqueles que o enxergam como um intelectual do fascismo, como é o caso de Thomas Sheehan (1981) e, mais recentemente, de André Guimarães Augusto (2017), para quem:

[...] [o] pensamento de Evola se enquadra na “ideologia fascista” que “se funda sobre esta base: nega radicalmente toda ideia de progresso e oferece através de um ‘milagre’” “a perspectiva da restituição do estado originário” (Lukács, 2009, p. 37). A ideologia reacionária, no entanto, não é “direcionada para a restauração de algo passado”, mas para a “instauração de algo futuro” (Lukács, 2009, p.517); não apenas assim uma filosofia de caráter reacionário, voltada para o passado é capaz de se tornar uma ideologia capaz de oferecer respostas a conflitos do presente. Deste modo, o passado na ideologia tradicionalista de Evola é um passado mítico e de caráter metafísico e está direcionado “para um modo de ser social concebido como ‘ideal’”. Evola é explícito quanto ao caráter ‘ideal’ do passado tradicionalista: “Para um autêntico conservador revolucionário, o que realmente conta é ser fiel não às formas e instituições do passado, mas aos princípios dos

20 Em *Sintesi di dottrina de la razza* (1941), Evola busca uma definição espiritual de raça, diferenciada do sentido mais comum utilizado para condenar judeus e outros povos. Para ele, os reais inimigos não seriam os judeus biologicamente definidos, mas os valores de subversão e anti-tradição. O racismo biológico deveria ser complementado ou substituído por um “racismo espiritual” a organizar a sociedade segundo princípios culturais e elitistas. A perspectiva teria agradado pessoalmente Mussolini, pois forneceria um alinhamento ideológico ao racismo germânico, ao mesmo tempo em que dele se diferenciando. Sobre a doutrina racial em Evola, Cf. Barbieri, 2021.

21 Após a 2ª Guerra Mundial, Evola continuará como um ator influente para grupos originados do fascismo italiano e, posteriormente, dos movimentos sociais e políticos da juventude. Em 1951, integrantes de um destes grupos, o *Fasci de Azione Rivoluzionaria* (FAR), serão presos sob a acusação de lutar por reestabelecer o Fascismo. Na mesma ocasião, Evola também foi preso, acusado de inspirar o grupo através dos seus escritos. Levado a julgamento, foi, no entanto, inocentado. Em sua defesa, ele afirma ser um absurdo atribuir-lhe ideias fascistas, não porque fossem fascistas, mas por representarem, no fascismo, o reaparecimento da “grande tradição política europeia de Direita em geral”, inspirada em Platão, Metternich, Bismarck ou Dante. (Evola, 1963a, p. 94; 2007).

quais essas formas e instituições têm sido uma expressão particular, adequada para um período de tempo específico e em uma área geográfica específica” (Evola apud Augusto, 2017, p.7).

Esse argumento é criticado pelos atuais defensores do legado de Evola, que reiteram as suas críticas ao fascismo, especialmente o corporativismo, o aspecto plebeu/popular e o uso excessivo da violência, defendendo haver uma grande diferença entre as experiências fascistas e nazistas e o projeto evoliano de autarquias aristocráticas reunidas em Impérios²². No entanto, apesar dessas diferenças, entendemos que o resgate da perspectiva de Lukács (2009), feita por Augusto (2017), não pode ser simplesmente descartada. Ela conserva um elemento essencial da relação não sistemática, mas flexível, entre as ideias reacionárias e o fascismo como fenômeno político. Essa visão é traduzida de uma maneira que consideramos complementar por Umberto Eco, em sua reflexão sobre o *Ur fascismo*²³ ou “Fascismo Eterno”:

O termo ‘fascismo’ adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista. Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar. Tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia celta e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas (Eco, 2018, p.42-43).

Para Eco, embora todas as características²⁴ do fascismo não possam ser reunidas em um sistema, “é suficiente que uma delas se apresente para fazer com

22 No Brasil, apesar de ainda pouco expressivos numericamente, os evolianos se organizam de forma bastante ativa, como expressam o movimento Nova Resistência (<http://novaresistencia.org>), o blog Legio Victrix (<https://legio-victrix.blogspot.com/>), o blog Legião Vertical (<http://legiovertical.blogspot.com/>), responsável pelo Boletim Evoliano (<http://www.boletimevoliano.pt.vu/>), os Cadernos Evolianos (<http://cadernosevolianos.blogspot.com/>), a Editora Ars Regia e a produção de Ranquetat Jr. (2012; 2019). A respeito desses movimentos e suas disputas com outros grupos neofascistas no Brasil, cf. Vasconcelos, 2021.

23 A utilização da expressão *Ur*, por sinal, remonta ao grupo de Ur, liderado por Evola na Itália, que congregava intelectuais místicos e próximos a ideias fascistas (Eco, 2018).

24 Eco (2018) enumera uma lista de características típicas do fascismo: 1. Culto da tradição aberto ao sincretismo; 2. a recusa da modernidade; 2. O irracionalismo do culto da ação pela ação; 3. A não aceitação de críticas – “o desacordo é traição” (p. 49); 4. Racismo; 5. O apelo às classes médias frustradas; 6. O nacionalismo e a obsessão da conspiração; 8. O sentimento de humilhação por um inimigo; 9. A recusa ao pacifismo e a afirmação da violência; 10. O elitismo; 11. O culto do herói e da morte; 12. Valorização da virilidade; 13. O “populismo quantitativo”;

que se forme uma nebulosa fascista” (p. 44). Nessa perspectiva, é possível levar a sério a própria expressão utilizada por Julius Evola como caminho para interpretar o real significado de sua filosofia: um super ou suprafascismo, aquém e além do fascismo. Ou seja, uma chave de leitura apropriada para compreender o legado da “revolução conservadora” na qualidade de fonte permanente de reinvenções do fascismo como um projeto inacabado, maior que suas formas concretas. Mas, se através da história intelectual é possível encontrar ligações entre esses diferentes grupos de autores e princípios, a atualização destas ideias no terreno histórico e sociológico é muito mais complexo.

Ancorados na perspectiva de Paxton (2007), Finchelstein (2019) e Eco (2018), podemos afirmar que a principal questão contemporânea parece ser se estamos em meio a uma “fascistização” social e política a partir dos movimentos populistas de direita ou se as formas populistas de governo encontrarão barreiras de modo a se reequilibrar como tendência moderada diante do confronto/negociação com forças opositoras. O risco de “fascistização” se origina, paradoxalmente, do fato de que a influência neoliberal sobre a democracia fez produzir uma forma de democracia elitista, de baixa participação popular, como freio à politização das massas. O sucesso desse empreendimento conduziu justamente à uma reação política frente a distância entre eleitores e representantes, com o surgimento de plataformas populistas, baseadas na mobilização do ressentimento popular contra as elites políticas, tecnocráticas e financeiras (Finchelstein, 2019; Mounk, 2019)²⁵.

Nos últimos anos, principalmente após os anos 2000, após o ataque às “Torres Gêmeas”, nos Estados Unidos, a “guerra ao terror” e a crise financeira do mercado imobiliário em 2008, o equilíbrio de tensões entre estas tendências se tornou mais favorável aos populismos de direita, que criou oportunidade para a ressurgência de correntes intelectuais cujas origens remontam à “revolução conservadora”, ao fascismo e ao Tradicionalismo²⁶ (Vasconcelos, Mariz, 2021). Esse processo pode ser

expresso por um conceito unitário de povo, que se manifesta de maneira teatralizada em sua relação com um líder-intérprete.

25 Para Finchelstein (2019), o populismo teria restringido a democracia, sem abdicar da legitimização democrática, não derivando para a forma da ditadura e no uso da violência como princípio fundamental: “[...] enquanto o objetivo do fascismo é a ditadura, procurando abolir a separação de poderes e o Estado de direito; o populismo, pelo menos na história contemporânea, quase nunca destruiu a democracia” (Idem, p.132). Ao mesmo tempo, os populismos teriam sido plurais nos seus diferentes contextos e ao longo de sua história: adotaram formas de “nacionalismo defensivo” contra o imperialismo e garantiram a expansão de direitos sociais ou se aliaram ao neoliberalismo. O populismo teria se tornado, nesse sentido, “um paradigma político autoritário definitivo — isto é, uma maneira influente de dominar o Estado na ausência de poderes fascistas”. (Finchelstein, 2019, p. 132).

26 Evidentemente, cabe reforçar que o pensamento dos revolucionários conservadores, dos nacional-revolucionários, do fascismo e do Tradicionalismo podem convergir, posto que possuem pontos em comum, mas compõem correntes intelectuais independentes, derivando para diferentes

percebido pelo modo como o paradigma do “choque de civilizações” (Huntington, 1997)²⁷ tornou-se a referência para o pensamento político-estratégico de uma geopolítica moral e civilizacional à direita nos anos vindouros, com desenvolvimentos importantes em diferentes governos, conservadores e progressistas, de diferentes países. Alguns dos principais representantes deste pensamento são Steve Bannon²⁸, Olavo de Carvalho²⁹ e Aleksandr Dugin³⁰, que vinculam-se, em diferentes graus, ao Tradicionalismo (Teitelbaum, 2020a, 2020b; Sedgwick, 2020). Na interconexão entre os três é possível discernir como o paradigma do “choque de civilizações”, sem necessariamente guardar fidelidade aos termos defendidos por Huntington, derivou para uma estratégia geopolítica civilizacional³¹ ou geoidentitária (Ferreira, Terrenas, 2016). Cada um desses atores é um vetor de iniciativas que visa reposicionar blocos de Estados-nação em um alinhamento cultural, político e econômico cujo princípio central é a retomada de movimentos políticos radicais e autoritários de direita.

Assim, paradoxalmente, o elitismo e o conservadorismo cultural e político (no sentido de recusa de mudanças democratizantes e proteção de uma civilização ou cultura) tornaram-se zonas de compatibilidade que permitiram a “captura” ou a crítica das formas restritas de democracia neoliberais pelo pensamento Tradicio-

proposições intelectuais, políticas e religiosas, a exemplo do aristocratismo radical e anti-iluminista (cf. Sternhell, 2009); de Tradicionalistas de esquerda e de direita e Tradicionalistas religiosos (cf. Sedgwick, 2020); do nacional-revolucionarismo (cf. Breuer, 1993) e, dentre estes, o nacional-bolchevismo (Vasconcelos, 2022b).

27 Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, mas principalmente após o 11 de setembro, o seu pensamento ganhará repercussão fundamental para a política internacional dos Estados Unidos para o mundo, através da tese sobre o “choque entre civilizações”. Para Huntington (1997), os conflitos entre Estados e ideologias no século XX ocorreram no interior da própria civilização ocidental; mas, após o fim da Guerra Fria, a política internacional passou a se pautar pela interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais. Desde então, mesmo que os Estados-nação continuem como agentes mais poderosos, os conflitos internacionais não teriam sua explicação por razões políticas ou econômicas, mas por razões culturais entre diferentes civilizações, com linhas de batalha em países tensionados por questões étnico-religiosas.

28 Consultor e estrategista político dos movimentos de alt-right ligados a Donald Trump e ao Brexit.

29 Astrólogo, autointitulado filósofo e ideólogo do governo Bolsonaro.

30 Aleksandr Dugin é um intelectual russo, nacionalista e cristão ortodoxo, consultor informal de Putin, cuja ação política visa uma estratégia Eurasiana, unindo Rússia (aos antigos territórios soviéticos) e o Irã, contra o Ocidente e a liderança dos Estados Unidos. Tal ação tem como pressuposto um modelo totalitário de sociedade.

31 Exemplos desse refluxo da tese do “choque das civilizações” é o debate entre Aleksandr Dugin e Olavo de Carvalho. Publicado sob o título “Os EUA e a Nova Ordem Mundial” (2012), os autores se propõem a confrontar duas perspectivas que reivindicam uma interpretação Tradicionalista sobre a geopolítica após o fim da URSS e o 11 de setembro. Neste debate há uma oposição declarada entre Dugin e Carvalho, cada qual apoiando um bloco civilizacional específico: o Ocidente liderado pelos Estados Unidos e o Oriente liderado pela Rússia. Para uma reflexão mais sistemática sobre a relação entre o 11 de setembro e a geopolítica tradicionalista, cf. Vasconcelos & Mariz, 2021.

nalista, contribuindo para um processo de “fascistização”³² realizado por correntes políticas que retomam os princípios vitalista, hierárquicos e corporativistas. Algumas linhagens e ideias-força, presentes especialmente nas concepções de indivíduo, sociedade e política do liberalismo econômico e da geopolítica civilizacional ao longo dos séculos XX e XXI permitiram à “nebulosa fascista” manter-se de maneira latente e encontrar uma ancoragem ou reforço em contextos de maiores possibilidades de estruturação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscamos demonstrar, em primeiro lugar, como são pertinentes as análises de Polanyi a respeito de uma “essência” do fascismo como convergência entre tendências *vitalistas* e *totalitaristas*. Em continuidade com sua reflexão, traçamos paralelos e continuidades com o pensamento Tradicionalista, caracterizado pela defesa de uma história cíclica e de uma reconstrução de uma sociedade hierarquizada conforme princípios guerreiros e religiosos. O Tradicionalismo reinsere, de modo *sui generis*, o *vitalismo* e o *totalitarismo* no seio da discussão sobre os limites do fascismo, da democracia, do socialismo e da economia de mercado como modelos políticos e de sociedade: seus defensores, especialmente a partir dos escritos de Evola, recusam os “valores burgueses” e a forma política do Estado corporativista do fascismo, mas não a sua mística vitalista nem um ideal hierárquico guerreiro e religioso. Eles reivindicam, assim, uma superação dialética do fascismo, descartando aspectos considerados deletérios, mas incorporando elementos que se conjugam com o fascismo e o nazismo desde a “revolução conservadora”.

O legado do Tradicionalismo é incorporado, nesse sentido, em diferentes propostas, seja a Quarta Teoria Política de Aleksandr Dugin (2012), o Arqueofuturismo de Guillaume Faye (1998) ou o “gramscismo de direita”, “terceiro-mundista”, ecológico e pretensamente antirracista de Alain de Benoist (1986, 1982)³³. A história das ideias permite, desse modo, interligar o anti-iluminismo aristocrático e radical, a “revolução conservadora” e o Tradicionalismo não só ao fascismo do início do século XX, mas à ressurgência, nos anos 2000, de tendências neo ou

32 Nesse ponto vale ressaltar uma ambiguidade fundamental em Olavo de Carvalho, entre o apoio a movimentos protofascistas e a afirmação do valor do indivíduo, ao mesmo tempo em que a condenação explícita ao “totalitarismo soviético”. Mas a ambiguidade aparente está fundamentada em um aristocratismo de fundo “espiritualista”, que preza o valor do indivíduo não conformista e autonomista e, possivelmente, uma aprovação a “ditaduras emergenciais”, tal como o raciocínio inicial de Mises (2002) sobre o fascismo, quando embasada em movimento revolucionário-conservador com apoio dos agentes históricos fundamentais do novo momento.

33 Sobre Alain de Benoist, cf. Vasconcelos, 2022a.

protofascistas de uma Nova Direita associada ao populismo³⁴ iliberal (Sedgwick, 2020; Vasconcelos, 2021, 2022a; Vasconcelos, Mariz, 2021).

Ao mesmo tempo, indicamos que uma abordagem em termos de história intelectual é limitada se não for cruzada com uma perspectiva histórica e contextual: a ideia de uma “essência” do fascismo não pode ser estacionária; deve-se observar como o legado do fascismo foi readaptado no pós-1945 em um contexto adverso, de afirmação da democracia liberal, e como ele, hoje, passa a ser reinventado através de movimentos populistas de direita (Finchelstein, 2019). O que consideramos como núcleo ideológico do fascismo a partir de Polanyi e do Tradicionalismo deve ser analisado como passível de diferentes combinações em processos de “fascistização”, que são uma tendência nos populismos de direita, mas que não são inexoráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEKSEEVICH, Kanaev A (2020). *Ernst Niekisch, Nacional Bolchevismo e a União Soviética*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). São Petersburgo: Universidade de São Petersburgo.
- ALEXANDER, James (1994). The Karl Marx of Fascism. *Journal of Historical Review*, v. 14, n. 5, p. 10-18. Disponível em: <http://library.flawlesslogic.com/pareto.htm>. Acesso em 18/02/2022.
- ARENDRT, Hannah (2013). *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- AUGUSTO, André G. (2017). Visão de mundo aristocrática e a contrarrevolução conservadora. *niepmarx.blog*. <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC45/mc453.pdf> (acesso em 15/02/2022).

³⁴ Neste artigo concordamos com uma abordagem historicamente contextualizada do conceito, especialmente a partir da abordagem de Federico Finchelstein (2019), para o qual o populismo moderno seria uma forma autoritária de democracia e reformulação do fascismo no contexto das democracias do pós-guerra. Mas, assim como o conceito de fascismo, o populismo é um conceito disputado entre diferentes abordagens que resultam, muitas vezes, em perspectivas idealizadas e normativas. Jean-Werner Müller (2011), por exemplo, enxerga o populismo como resposta antidemocrática às tendências antidemocráticas da tecnocracia, sintoma de ausência de verdadeira participação cívica e forma exclusivista de política identitária perigosa para a democracia. Jacques Rancière (2013), por sua vez, ao refletir sobre as reações recentes ao “consenso oligárquico” de tecnocratas e especialistas, concebe o populismo mais como um termo de ataque e não de análise, usado para confundir respostas democráticas ao neoliberalismo com fanatismos raciais e religiosos. Já Ernesto Laclau (2005), utiliza o conceito de maneira generalista, como forma de polarização da vida política entre um povo considerado vítima de uma elite política e econômica tecnocrática. Estudando o populismo principalmente a partir das experiências de esquerda, Laclau o entende como fator de democratização, estruturante de apelos à igualdade e contra a dominação tecnocrática e elitista. Em suma: os autores simpáticos ao modelo de democracia liberal descrevem o populismo como uma patologia da democracia; aqueles que acreditam na democratização radical, enxergam no populismo uma ferramenta de contestação da distância entre representantes e representados (Finchelstein, 2019).

- BARBIERI, Cássio Guilherme (2021). Racismo, degenerescência e temporalidade. *Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 8, n. 2, p. 73-92.
- BREUER, Stefan (1993). *Anatomie der konservativen Revolution*. Darmstadt.
- DA EMPOLI, Giuliano (2019). *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio.
- DE BENOIST, Alain. Benoist (1982). Pour un “gramscismo de droite”. *Anais do Colloque National du GRECE*. Paris.
- DE BENOIST, Alain. Benoist (1986). *Europe, Tiers Monde, même combat*, Paris : R. Laffont.
- DUGIN, Aleksandr; CARVALHO, Olavo de (2012). *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: CEDET.
- DUGIN, Aleksandr (2012). *A Quarta Teoria Política*. Budapeste: Arktos Media.
- DUPEUX, Louis (1994). La Nouvelle Droite ‘Révolutionnaire-Conservatrice’ Allemande Et Son Influence Sous La République De Weimar. *Revue D’histoire Moderne Et Contemporaine*, vol. 41, no. 3, 1994, pp. 471–488. <http://www.jstor.org/stable/20529989> (acesso em 15/02/2022).
- ECO, Umberto (2018). *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record.
- EVOLA, Julius (1941). *Sintesi di dottrina della razza*. Milano: Ar.
- EVOLA, Julius (2007). Autodefesa. *Boletim Evoliano*. ano 1, n. 1, p. 19-24, 2007 [‘Autodifesa’. *L’Eloquenza*, no. 12, November–December, 1951]. <http://legiaovertical.blogspot.com/> (acesso em 25/04/2022).
- EVOLA, Julius (1989). *Revolta contra o mundo moderno*. Lisboa: Dom Quixote.
- EVOLA, Julius (2010). *The path of cinnabar. The intellectual autobiography of Julius Evola*. Londres: Arktos.
- EVOLA, Julius (2020). *O fascismo visto da direita política*. Edição Kindle.
- FAUSTO, Ruy (2017a). *O ciclo do totalitarismo*. São Paulo: Perspectiva.
- FAUSTO, Ruy (2017b). *Caminhos da Esquerda*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FAYE, Guillaume (1998). *L’Archéofuturisme*. L’Aencre.
- FERREIRA, Marcos Farias; TERRENAS, João (2016). Good-bye, Lenin! Hello, Putin! O discurso geoidentitário na política externa da nova Rússia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 20, p. 43-78.
- FINCHELSTEIN, Federico (2019). *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina.
- HOBSBAWM, Eric (1995). *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUNTINGTON, Samuel (1997). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HUXLEY, Aldous (1973). *A filosofia perene: uma interpretação dos grandes místicos do Oriente e do Ocidente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- KLEMPERER, Klemens von (1951). Towards a Fourth Reich? The History of National Bolshevism in Germany. *The Review of Politics*, vol. 13, n. 2, p. 191-210. <http://www.jstor.org/stable/1404764> (acesso em 15/02/2022).
- KONDER, Leandro (2009). *Introdução ao Fascismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- LACLAU, Ernesto (2005). *On populist reason*. Londres: Verso.
- LOSURDO, Domenico (2003). Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica marxista*, p. 51-79.
- LOSURDO, Domenico (2017). “Stálin e Hitler: irmãos gêmeos ou inimigos mortais?” In: JINKINGS, Ivana (org.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo.
- LUKÁCS, György (2009). “Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo”. In: LUKÁCS, György (org.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MERLIO, Gilbert (2003). Y a-t-il eu une ‘Révolution Conservatrice’ sous la République de Weimar? *Revue Française D’Histoire Des Idées Politiques*, n. 17, p. 123-41. <http://www.jstor.org/stable/24610230> (acesso em 15/02/2022).
- MELLO, Natália N (2012). *Dirigindo o desenvolvimento político: a produção teórica e a política externa dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo: Humanitas.
- MIGUEL, Luís F. (2016). *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Unesp.
- MISES, Ludwig von (2002). *Liberalism in the classical tradition*. São Francisco: Cobden Press.
- MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia – por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MÜLLER, Jan-Werner (2011). “Getting a grip on populism”. *Dissent*. <https://www.dissentmagazine.org/blog/getting-a-grip-on-populism> (acesso em 01/06/2022)
- PAXTON, Robert O (2007). *A Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- POGGI, Tatiana (2015). *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA 1970-2010*. Curitiba: Prismas.
- POLANYI, Karl. (1935). “The essence of fascism”. In: LEWIS, John; POLANYI, Karl; KITCHIN, Donald K. (orgs.), *Christianity and the Social Revolution*, Nova Iorque: Ayer Co. Pub., p. 359-94.
- POPPER, Karl (1987). *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. São Paulo: Ed. Itatiaia/USP.
- PRADO, Michele (2021). *Tempestade Ideológica. Bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Lux.

- RANCIÈRE, Jacques (2013). “L’introuvable populisme”. In: BADIOU, Alain; BOURDIEU, Pierre; BUTLER, Judith; DIDI-HUBERMAN, Georges; KHIADRI, Sadri; RANCIÈRE, Jacques. *Qu’est-ce qu’un peuple?*. Paris: La Fabrique.
- RANQUETAT JR., Cesar (2012). “O pensamento de Julius Evola no Brasil”. Disponível em: <https://legio-victrix.blogspot.com/2012/05/o-pensamento-de-julius-evola-no-brasil.html>. (acesso em 25/02/2022).
- RANQUETAT JR., Cesar (2019). *Da direita moderna à direita tradicional*. Curitiba: Ed. Danúbio.
- REICH, William (2001). *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- RENTO, Dave (1999). *Fascism: theory and practice*. London: Pluto Press.
- SEDGWICK, Mark (Ed.). (2020). *Contra o mundo moderno: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Ayiné.
- SERVICE, Robert (2018). *Camaradas. Uma história do comunismo mundial*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- SHEEHAN, Thomas (1981). Myth and violence: the fascism of Julius Evola and Alain de Benoist. *Social Research*, p. 45-73.
- SPENGLER, Oswald (1986). *A decadência do Ocidente*. Brasília: Ed.UnB.
- STANLEY, Jason (2019). *Como funciona o fascismo – a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM.
- STERNHELL, Zeev (2009). *The anti-Enlightenment tradition*. New Haven: Yale University Press.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1993). Origines et métamorphoses de la nouvelle droite. *Vingtième Siècle, revue d’histoire*, n. 40, octobre-décembre, p. 3-22. https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1993_num_40_1_3005 (acesso em 07/08/2021).
- TEITELBAUM, Benjamin R. (2020a). *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Ed. Unicamp.
- TEITELBAUM, Benjamin R. (2020b). “Guerra pela Eternidade” desvenda a base ideológica que funda a nova direita. *Jornal da Unicamp*, Campinas. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2020/12/10/guerra-pela-eternidade-desvenda-base-ideologica-que-funda-nova-direita> (acesso em: 15/02/2022).
- TRAVERSO, Enzo (2016). Espectros del fascismo. Pensar las derechas radicales en el siglo XXI. *Herramienta*, n. 58. Buenos Aires. <https://biblat.unam.mx/pt/revista/herramienta-buenos-aires/articulo/espectros-del-fascismo-pensar-las-derechas-radicales-en-el-siglo-xxi> (acesso em 15/02/2022).
- WOLFF, Elisabetta Cassini (2016). Evola’s interpretation of fascism and moral responsibility. *Patterns of Prejudice*, v. 50, n. 4-5, p. 478-94.

- VASCONCELOS, Francisco Thiago (2021). A ‘guerra cultural’ neofascista no Brasil: entre o neoliberalismo e o nacional-bolchevismo. *Revista de História da UEG*, v. 10, p. 1-28.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago (2022a). Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. *Princípios*, v. 41, n. 163, p. 208-39, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.009>
- VASCONCELOS, Francisco Thiago (2022b). ‘Para salvar a nação somos até capazes de comunismo’: o nacional-bolchevismo ontem e hoje. *Almanaque de ciência política*, v. 6, p. 1-34.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; MARIZ, Silvana Fernandes (2021). O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita: ‘guerra cultural’, elitismo e geopolítica civilizacional. *Locus: Revista de História*, v. 27, p. 72-95. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/33471> (acesso em 15/02/2022).
- VAZ, João J (2018). *De Alexandria ao identitarismo: presenças gnósticas na direita radical contemporânea*. Dissertação (Mestrado). Estudos sobre a Europa da Universidade Aberta.